

## JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS: ARTE, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Autor: **Cristiane Maria Magalhães**

Instituição: Doutoranda em História IFCH/UNICAMP, Brasil. Bolsista FAPESP. Estágio Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Orientadores: Silvana Barbosa Rubino (Brasil) e Carlos Fortuna (Portugal).

E-mail: [cristmag@gmail.com](mailto:cristmag@gmail.com)

### RESUMO

O texto realiza uma abordagem acerca dos principais jardins cultivados no Brasil ao longo do tempo, suas tipologias e autores. Aborda, ainda, como alguns destes jardins foram patrimonializados pelo órgão de preservação federal, atual IPHAN. Diversas formas de conceber jardins ocorreram no Brasil, com mais constância a partir da segunda metade do século XIX, no caudal das transformações urbanísticas sucedidas em diversas cidades ao redor do mundo. Neste sentido, os jardins se tornaram parte de um projeto urbano maior, evidenciando uma nova relação com o espaço público e com as formas de estar e se relacionar com a cidade. O artigo faz referência a dois recortes temporais distintos. A saber, o primeiro foi o da projeção e criação de jardins no território brasileiro em tempos históricos, projetos e autores diversificados. O segundo recorte lança luz sobre a escolha de alguns jardins para se tornarem parte do patrimônio nacional, notadamente entre 1938 e a década de 1950. Em linhas gerais, o texto é sobre a arte e a história dos jardins no Brasil.

**Palavras-chave:** Jardins Históricos; Patrimônio Cultural; Arte dos Jardins.

### ABSTRACT

The text does an approach on the main gardens cultivated in Brazil over time, their typologies and authors. It also analyzes how some of these gardens were patrimonialized by federal preservation organ. Various form of designing gardens occurred in Brazil, more consistently from the second half of the nineteenth century, as happened in several cities around the world. In this sense, the gardens became part of a larger urban project, revealing a new relationship with public space and the ways of being and relating to the city. The article refers to two distinct time periods. Namely, the first was the projection and creation of gardens in Brazil with diverse authors and projects. The second is on the choice of some gardens to become part of the national heritage, notably between 1938 and 1950. In general, the text is about the art and history of the gardens in Brazil.

**Keywords:** Historic Gardens; Heritage; Art of the Garden.

## 1. INTRODUÇÃO

Jardins são monumentos históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens culturais. O jardim é uma forma de ordenamento do território que acompanha o homem há tempos imemoriais. Para a arquiteta Cristina Castel-Branco, os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito. Com o jardim, o homem inventou uma construção a céu aberto, escreveu a arquiteta, composta por elementos inertes e vivos, o espaço ideal reinventado (CASTEL-BRANCO, 1994. p. 20).

Com dimensões agigantadas, o território brasileiro guarda belezas naturais incontestáveis. Do litoral de águas mansas e mornas ao sertão com vegetação típica da caatinga, da exuberante floresta amazônica à diversidade da Mata Atlântica, dos morros, vales, picos, rios e pampas com flora e fauna surpreendentes os cenários são múltiplos e encantadores. No país que recebeu, inclusive, o nome de uma árvore – o Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*), os jardins de embelezamento e de estudos botânicos serão projetados com mais constância a partir do início do século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808).

Há registros de que diversas formas de conceber jardins ocorreram no Brasil a partir de 1500, notadamente com maior constância e de forma disseminada a partir da segunda metade do século XIX, no caudal das transformações urbanísticas sucedidas em diversas cidades ao redor do mundo. Neste sentido, os jardins se tornaram parte de um projeto urbano maior, evidenciando uma nova relação com o espaço público e com as formas de estar e se relacionar com a cidade.

Os jardins no Brasil seiscentista e setecentista, na maioria das vezes, possuíam características utilitárias, misto de horta, horto, jardim de fruição e pomar nos espaços domésticos, cercados por muros ou gradeados. O que não era incomum para o período em Portugal e outros países europeus. No seu *Le théâtre d'agriculture et mesnage des champs*, publicado em 1600, Olivier de Serres (1539-1619) escreveu que os jardins deveriam se constituir de quatro tipologias ou espécies, a saber: Potager (horta), Bouquetier (flores), Médicinal (medicinal) et Fruitier (pomar).

Em Portugal, de acordo com pesquisas da arquiteta Aurora Carapinha, o jardim raramente se assumiu como espaço lúdico por excelência, concretizando-se num diálogo constante entre o recreio e a produção (CARAPINHA, 1995. p. 5), conforme observamos para o Brasil no mesmo período.

Olivier de Serres, no seu tratado, enfatizou ainda a importância da vista para a composição dos jardins. Das janelas o observador deveria ser capaz de ver toda a extensão do jardim. Além de utilitário, o jardim deveria obedecer a certos preceitos estéticos para ser visto. Esta concepção altera profundamente as formas de projetar e de relacionar com os jardins principalmente na Europa a partir do século XVI (KOSSOVITCH, 2011. p. 38).

Os jardins como misto de horta, horto, espaço floral e pomar, numa mistura aromática de raízes, perfumes e cores, predominaram por todo o período colonial brasileiro, conforme relatos de diversos viajantes que descreveram o país. Ainda hoje, mais raramente do que no passado, os quintais de casas em algumas cidades no interior do país mantêm os seus jardins privados com estas características funcionais com uma estética singular.

Entre o final do século XVIII e início do XIX os jardins inserem-se em projetos urbanísticos nos traçados urbanos para o recreio e encontro da população cidadina, fora do ambiente doméstico e privado. É deste período, também, o estabelecimento dos hortos ou jardins botânicos com fins de aclimação de espécies vegetais.

Na segunda metade do século XIX e início do XX, inúmeros jardins foram projetados de acordo com as teorias higienistas e sanitaristas vigentes no período. Os largos das igrejas transformaram-se em praças ajardinadas, parques urbanos conquistaram espaços privilegiados, praças eram projetadas no entroncamento de avenidas, com o incentivo e a propagação dos tratados médicos e de engenheiros sanitaristas. Os assuntos urbanos transformaram-se em pautas médicas de primeira ordem. Dotar as cidades de árvores, parques e jardins fazia parte dos projetos de salubridade e constituíam-se em elementos no processo civilizador e de “cura” do corpo e da alma das populações cidadinas, para além do embelezamento das cidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, sob o Império de D. Pedro II, foram construídos e/ou remodelados uma porção considerável de largos, praças e jardins públicos, o que conseqüentemente inspirou a projeção destes espaços ajardinados em outras cidades brasileiras, em locais públicos e privados. De certa forma, uma parte destes jardins do Império foi protegida pelo Decreto-Lei 25/1937, quando da instituição do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

É preciso que se faça uma referência, ainda que breve, do jardim cultivado por Maurício de Nassau em Pernambuco, no século XVII. A historiadora pernambucana Mariana Françaço realizou extensa pesquisa a respeito da circulação de pessoas, objetos e saberes entre a América Portuguesa e os Países Baixos durante o século XVII e, durante a pesquisa, analisou a coleção de curiosidades do Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679), governador do Brasil holandês entre 1637 e 1644 durante ocupação de Pernambuco. De acordo com a historiadora, neste período Nassau montou uma coleção particular que incluía espécies naturais, artefatos e representações visuais da natureza, paisagens e dos habitantes da colônia. Sob a perspectiva das coleções, Mariana Françaço analisou a constituição deste que é considerado o primeiro jardim brasileiro do ponto de vista da ciência e da botânica, conforme os preceitos de colecionismo difundidos nos Países Baixos ao longo do século XVII. Esta vertente distancia a ideia do jardim de Nassau em Recife como constituinte de um projeto paisagístico e o aproxima dos 'gabinetes de curiosidades' europeus do mesmo período. Nada restou do jardim de Maurício de Nassau na atual cidade do Recife.

O texto apresenta alguns dos principais jardins brasileiros ao longo do tempo com especial atenção para aqueles que foram salvaguardados pelo IPHAN. Desta forma, nos referimos a dois recortes e concepções bastante distintas. A saber, o primeiro foi o da projeção e criação de jardins no território brasileiro em tempos históricos, projetos e autores diversificados. O segundo recorte lança luz sobre a escolha de alguns jardins para se tornarem parte do patrimônio nacional, notadamente entre 1938 e a década de 1950. A abordagem se desenvolve no âmbito maior das discussões sobre Paisagem Cultural, conforme definições da UNESCO em suas *Guidelines*. A saber, para a UNESCO a paisagem mais fácil de identificar é a claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas (UNESCO, Guidelines, 2012).

As reflexões são parte da pesquisa de Doutorado em desenvolvimento no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) sob a orientação da Profª. Drª. Silvana Barbosa Rubino; e do Estágio Doutoral realizado na Universidade de Coimbra, desde janeiro de 2013, sob a supervisão do professor Carlos Fortuna. A pesquisa é financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O recorte da tese são os jardins históricos brasileiros protegidos por instrumento de salvaguarda pelo órgão de preservação federal brasileiro, o IPHAN, entre 1938 e a década de 2000.

Uma das inquietações que guia a pesquisa é identificar como se constituiu a noção de Jardim Histórico como bem cultural, no Brasil, e como esta tipologia se inseriu nas categorias de Paisagem Cultural, ao longo das décadas. Compreender a arte dos jardins e a arte de jardinar, no Brasil, também é uma das questões abordadas pela tese e sobre a qual nos debruçamos para redigir este texto.

## **2. A ARTE DOS JARDINS NO BRASIL: PATRIMÔNIO, PAISAGEM E MEMÓRIA**

As pesquisas apontam que os primeiros jardins foram salvaguardados no Brasil com critérios semelhantes aos atribuídos a bens arquitetônicos e obras de arte, ou seja, com valorações artísticas (estéticas) e históricas. Em muitos casos os jardins foram protegidos com base na materialidade do seu mobiliário. O valor paisagístico dos jardins seria reconhecido somente anos mais tarde, sob a influência, num primeiro momento, da Convenção da UNESCO, de 1972, e, mais fortemente, em 1981, com a difusão da Carta de Florença – a Carta dos Jardins Históricos.

Os primeiros jardins salvaguardados isoladamente pelo IPHAN foram:

1. Passeio Público do Rio de Janeiro (1783 e 1861). Data da inscrição no livro de tomo: 30/06/1938.
2. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro – RJ (1808), tombado em 30/05/1938.
3. Jardim e Morro do Valongo, (1906) data do tombamento: 30/06/1938. Rio de Janeiro/RJ.
4. Parque da Quinta da Boa Vista (séc. XIX), data do tombamento: 30/06/1938. Rio de Janeiro/RJ.

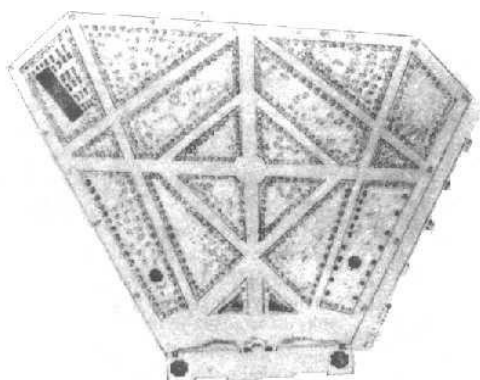
5. Jardim do Hospital São João de Deus – BA (1912). Data do tombamento: 09/07/1940. Cachoeira/BA.
6. Parque Lage (1840), Data da inscrição no livro de tomo: 14/06/1957. Rio de Janeiro/RJ.

No mesmo período foram protegidos, ainda, alguns jardins em extensão ao tombamento da edificação.

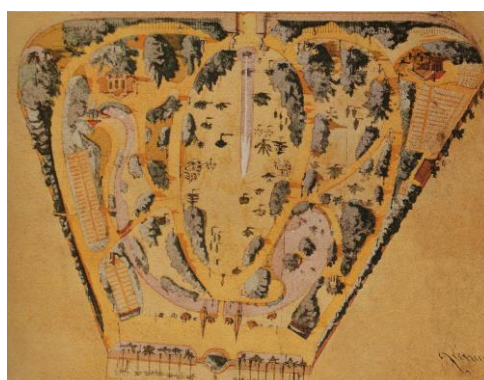
1. Jardins do Palácio do Catete (final séc. XIX), data do tombamento: 06/04/1938. Rio de Janeiro/RJ.
2. Jardins da Casa de Rui Barbosa (final séc. XIX), tombamento em 11/05/1938. Rio de Janeiro/RJ.
3. Jardins do Palácio Imperial de Petrópolis (séc. XIX), data do tombamento: 15/06/1938. Petrópolis/RJ.

A seguir será feita uma breve exposição a respeito de alguns destes jardins salvaguardados no Brasil, com privilégio para tempos históricos, projetos e autores distintos.

Em fins do século XVIII, entre 1779 e 1783, por ordem do 4º Vice-Rei do Brasil D. Luis de Vasconcelos e Souza (1779-1790), foi construído o primeiro espaço público ajardinado com fins de vilegiatura e recreio no Brasil Colônia. O artista Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), conhecido como Mestre Valentim, ficou incumbido do projeto e da elaboração das obras de arte do local (SEGAWA, 1996: 81). Mestre Valentim criou canteiros retilíneos e simétricos como era comum em Portugal e na Europa do período. A arquiteta Jeanne Trindade escreveu que ali foram cultivados, num primeiro momento, maracujás, jasmims, gramados e flores variadas, além de diversos tipos de arbustos e árvores (TRINDADE, 2009:48).



Planta do Passeio Público no traçado original de Mestre Valentim



Nova planta após remodelação do Passeio Público feita por Auguste Glaziou em 1861.

Um terraço com pavimentação em pedra, elevado a cerca de três metros de altura oferecia vista para o mar da Baía de Guanabara. Mestre Valentim projetou, ainda, dois obeliscos de granito contendo, cada um, um oval de pedra de lioz com as inscrições: 'Ao amor do Público' e 'À saudades do Rio'. Próximo aos obeliscos erigiu um conjunto escultórico em pedra com duas faces. De um lado, na parte inferior, duas esculturas de jacarés de bronze entrelaçados. Da boca dos jacarés jorrava água numa bacia de granito – atualmente a fonte está desativada. Na mesma peça escultórica, na parte posterior, foi colocada a escultura de um menino com asas que despejava água em um barril de granito – também desativado. O conjunto abrigava, ainda, outras esculturas em metal como um coqueiro e aves.



Conjunto escultórico do Passeio Público do Rio de Janeiro. Fotografia: Cristiane Magalhães, 2012.



Projeto de Glaziou para os jardins da Quinta da Boa Vista, executado em parte. Acervo Museu da Cidade.



Em 1861, o Passeio Público foi completamente remodelado pelo botânico francês Auguste François Marie Glaziou (1833-1906) para atender às novas demandas paisagísticas ao gosto da época. A reforma transformou o local num parque com características do jardim inglês ou jardim paisagista.

Sucessivos aterros feitos nas proximidades do Passeio Público, ao longo do século XX, recuou o mar em 500 metros para construção da Avenida Beira Mar e, posteriormente, do Aterro do Flamengo. Com a perda da vista, o Passeio Público apequenou-se entre as ruidosas avenidas do centro da cidade do Rio de Janeiro tornando-se local de passagem. Com a pouca frequência da população citadina o Passeio Público atrai mendigos e viciados, tornando-se lugar pouco seguro.

O botânico francês Auguste Marie Glaziou (1828-1906) é comumente referenciado como um dos ícones do estilo paisagístico do jardim romântico no Brasil, em voga a partir da segunda metade do século XIX. Glaziou desembarcou no Rio de Janeiro no dia 19 de janeiro de 1861, vindo de Bordeau no paquete francês Guinne, conforme nota do Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal do RJ, na edição de 20 de janeiro de 1861. E, em seguida, empregou-se na grande remodelação do Passeio Público do Rio de Janeiro, em consórcio com o deputado Francisco José Fialho (1814-1885) que havia recebido a concessão por dez anos para manutenção do lugar, em primeiro de dezembro de 1860.

Glaziou adquiriu prestígio e visibilidade com a reforma do Passeio Público e foi contratado para realizar outras obras em locais públicos e privados da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Em 1869 foi nomeado Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial para realização da reforma da Quinta da Boa Vista, residência da família Imperial brasileira. Naquele momento o gosto pelo estilo paisagístico do jardim romântico ou jardim inglês vigorava na França, em Portugal e chegara ao Brasil, coincidindo com as remodelações urbanas e embelezamento dos espaços públicos da capital da Corte. Neste contexto, Glaziou encontrou vasto campo de trabalho. Em 1869 iniciou a reforma paisagística da Quinta da Boa Vista, embelezou a Avenida do Mangue e ajardinou o Largo do Machado. Em 1877 ajardinou a Praça Dom Pedro II. Em 1880 foi inaugurada uma de suas maiores obras: o Campo da Aclamação, antigo Campo de Santana, atual Praça da República. Glaziou foi também responsável pela construção e reformas de outros jardins, praças e parques públicos e privados na cidade do Rio de Janeiro e arredores.

Ressalta-se que Glaziou não foi o único botânico e/ou paisagista estrangeiro a atuar no Brasil no século XIX para a projeção e reforma de praças, parques e jardins. Guilherme Mazza Dourado, em sua tese de doutoramento, cita nomes como Paul Villon, Jean Binot, Grandjean de Montigny, Pierre Pézérat, entre outros, que atuaram no Brasil e na América Latina (DOURADO, 2008).



Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fotografia LEUZINGER, Georges. Data: 1865. Aleia de Palmeira Imperial. Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil.



Parque do Museu Paulista, também conhecido como Museu da Independência, em São Paulo. Vista dos jardins a partir da edificação. Fotografia de divulgação do Museu disponível no site: <http://www.mp.usp.br/o-museu/apresentacao>. Acesso em março de 2013.

A Quinta da Boa Vista foi o nome dado ao parque construído no entorno do antigo Palácio de São Cristóvão, residência de D. João VI e, posteriormente, dos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. Defronte ao Palácio, edificado num monte elevado em relação ao restante do terreno, Glaziou projetou uma extensa Alameda de Sapucaias (*Lecythis pisonis*) com forma retilínea, abrangendo uma grande extensão até onde a vista do Palácio alcançava.

Os jardins da Quinta da Boa Vista foram bastante modificados ao longo do tempo, tanto no traçado quanto na vegetação, no mobiliário e na sua área para construção de ruas e avenidas adjacentes. O antigo Palácio Imperial abriga o Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde 1892.

Diferentemente dos dois jardins referenciados acima, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro se insere num discurso do cultivo e da aclimação de especiarias e plantas exóticas no Brasil, ocorrido no final do século XVIII e início do XIX. De acordo com documento publicado no jornal O Patriota, do Rio de Janeiro, datado de março de 1813, as primeiras plantas para criação do Jardim da Lagoa de Rodrigo de Freitas, também conhecido como Jardim da Fábrica de Pólvora, foram trazidas por Luiz d'Abreu Vieira e Paiva do Jardim de La Pamplemousse, na Ilha de França (atualmente, Ilhas Maurício) quando este era prisioneiro de guerra, em 1808.

Em 1812, João Gomes da Silveira, vice-inspetor da Fábrica de Pólvora, enviou relação das plantas que tinham sido doadas por Luiz d'Abreu e seu estado de cultivo na ocasião. Eram elas: Moscadeiras (*Myristica officinalis*), Camphoreiras (*Laurus camphora*), Abacates (*Laurus persia*), Litchis (*Euphoria litchi*), Mangueiras, Cravos da Índia (*Caryophyllus aromaticus*), Caneleiras (*Laurus cinnamomum*), Toranjeiras (*Citrus decumana*), Semente de Sagú, Saboeira, Árvore do pão, Areca (*Areca oleracea* ou *Roystonea oleracea*) e Árvore de carvão (*Mimosa speciosa*).

Das espécies levadas por Luiz d'Abreu, a Areca tornou-se símbolo e um dos cartões postais mais divulgados do Jardim Botânico e da cidade do Rio de Janeiro, como um todo. A espécie recebeu, no Brasil, o nome de Palmeira-Imperial (*Roystonea oleracea*) cultivada a partir de um exemplar plantado por Dom João VI. A espécie formou a Aleia das Palmeiras, com cerca de 135 palmeiras ao longo de 740 metros de extensão, inspirando o cultivo desta palmeira por todo o Brasil. Várias outras Avenidas de Palmeiras Imperiais, ainda hoje, são cultivadas em diversas praças e jardins brasileiros. Nas fazendas, também, é bastante comum ver a espécie formando uma aleia na entrada principal, a exemplo daquela do Jardim Botânico. O uso de palmeiras é bastante vulgar no paisagismo brasileiro.

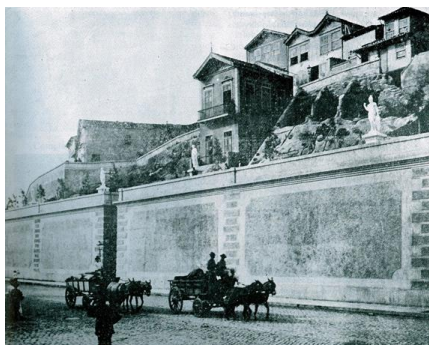
O Jardim Botânico do Rio de Janeiro se manteve, ao longo de sua existência, como lugar de passeio e de estudos, aclimação e cultivo de espécies exóticas e/ou nacionais. Atualmente, existem ali coleções de bromélias, de orquídeas, de plantas medicinais, um cactário, um jardim sensorial para deficientes visuais, um Jardim Japonês e uma estufa com espécies vegetais conhecidas como insetívoras ou carnívoras.

Dentro dos seus limites são preservados, entre outros, os seguintes monumentos: a Estátua da deusa Thetis, de Louis Savageau (1862), exposta no lago Frei Leandro; as ruínas da Casa dos Pilões; os muros da antiga Fábrica de Pólvora; o Cômoro Frei Leandro ou Casa dos Cedros; o Pórtico da Academia de Belas Artes, projetado por Grandjean de Montigny, colocada no Jardim Botânico em 1940, após a demolição da edificação em 1938; a outrora sede do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, construída em 1596; o Chafariz das Musas (1895) confeccionado em ferro fundido; o Solar da Imperatriz; e o Memorial ao Mestre Valentim, onde estão as suas estátuas de Eco e de Narciso e das aves pernaltas.

Outro jardim protegido pelo Decreto-Lei 25/1937 foi o Jardim do Valongo. Este jardim insere-se em conceitos bastante distinto dos anteriormente referenciados. Construído também no Rio de Janeiro, em 1906, integrou as reformas urbanísticas empreendidas pelo então Prefeito Pereira Passos. O jardim foi projetado pelo paisagista Luís Rey na encosta do Morro da Conceição, nos moldes do jardim inglês ou romântico tardio. É considerado um jardim suspenso, pois está a sete metros acima do nível da rua, com extensão de 1.530 m<sup>2</sup>, em um dos acessos ao Morro da Conceição pela Rua Camerino.

Este jardim ficou abandonado durante muitas décadas. Em 2012, o jardim foi reaberto à população completamente remodelado inserido nas obras do "Porto Maravilha", que integra a revitalização da área do Porto no Rio de Janeiro. A tentativa do restauro foi a de restituir ao jardim suas feições originais.

Em contrapartida, o Jardim do Hospital São João de Deus localizado na cidade de Cachoeira, na Bahia, não teve igual sorte. De acordo com texto do Dossiê de Tombamento do IPHAN, o antigo Hospital de Caridade de Cachoeira foi criado pelo Frei Antônio Machado, de Nossa Senhora de Belém, em 1729. A Ordem de São João de Deus, de Lisboa, recebeu-o por doação em 1754, passando à Santa Casa da Misericórdia, em 1826. Em 1912, o quintal da igreja foi transformado em um jardim.



Jardim do Valongo fotografado por Augusto Malta, sem data. Revista Municipal de Engenharia, janeiro/dezembro 1997, p.155.



O Jardim do Valongo após o restauro, em 2012. Fonte: Blog Porto Maravilha. Disponível em: <http://blogportomaravilha.com/2012/07/12/de-volta-ao-jardim-suspenso-do-valongo/>. Acesso em março de 2013.

O jardim apresentava canteiros de desenho geométrico e gradil com colunas coroadas por vasos, pinhas, cachorros e leões de louça. O centro do jardim era marcado por uma fonte de mármore com três peixes entrelaçados. O mobiliário de louça era proveniente da antiga Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, localizada em Vila Nova de Gaia, Portugal. A fonte com os peixes seria proveniente de Lisboa, contudo, não há documentação histórica a este respeito, apenas relatos. O jardim foi descrito no Dossiê de Tombamento do IPHAN com traçado inspirado nos jardins simétricos franceses.

Atualmente, o jardim do Hospital São João de Deus encontra-se em total estado de abandono e grande parte do seu mobiliário foi roubado, apesar da proteção legal oferecida pelo IPHAN.

Em meados do século XX terá destaque, no Brasil, o jardim moderno ou os jardins constituídos ao entorno das edificações denominadas modernistas. Com a arquitetura moderna surgia, por extensão, uma nova maneira de projetar jardins no Brasil. Juntamente com os arquitetos modernistas, o paisagista brasileiro Roberto Burle Marx (1909-1994) modificaria profundamente as concepções no trato com a vegetação e nas formas de conceber jardins.

A que é considerada a primeira casa modernista do Brasil foi construída entre 1927 e 1928, pelo arquiteto russo Gregori Warchavchik (1896–1976), na Rua Santa Cruz, 325, no Bairro de Vila Madalena, em São Paulo. Em 1986 o IPHAN tombou três casas projetadas por Warchavchik. De acordo com o dossiê de tombamento, as três casas projetadas por Gregori Warchavchik, entre 1927 e 1930, são consideradas como as primeiras obras de arquitetura moderna no Brasil. Utilizando a linguagem cubista nas suas formas, representam as ideias do arquiteto enunciadas no Manifesto pela Arquitetura Moderna publicado na imprensa, em 1925. A casa da Rua Santa Cruz foi a primeira a ser construída, para servir como sua residência.

Os jardins da casa da Rua Santa Cruz foram executados por Mina Klabin Warchavchik casada com o arquiteto em 1927. Este projeto é considerado o primeiro a utilizar plantas tropicais em sua execução, como cactos e mandacaru. A ideia era fazer um recanto tropical. Mina Klabin estudou na Alemanha formando-se concertista, com realização de concertos de músicas de câmara na Europa. Não há referências a outros projetos paisagísticos realizados por Mina Warchavchik. É provável que Mina Warchavchik tenha se inspirado nas plantas tropicais das estufas do Jardim Botânico de Dahlem (Berlim), o mesmo que surpreendeu Burle Marx em 1928 e o marcou para a projeção de jardins posteriormente.

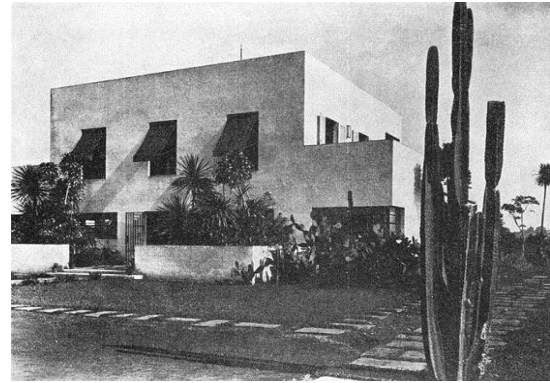
As casas projetadas pelo arquiteto russo em São Paulo tiveram grande repercussão na imprensa e nos meios intelectuais da época. Num artigo escrito no Correio Paulistano, de 08 de julho de 1928, Warchavchik declarou que: “O jardim, de caráter tropical, em redor da casa, contém toda a riqueza das plantas típicas brasileiras. Foi minha colaboradora na criação desse jardim, bem como nos últimos arranjos internos, minha senhora, Mina Klabin Warchavchik” (1928, p. 3). Ainda a respeito da casa da Rua Santa Cruz, Warchavchik escreveu que não tivera coragem de construir a casa com cobertura de terraço-jardim, como o teria desejado. Pois na ocasião ainda não existiam na praça os materiais isolantes adequados.

Com a divulgação das casas modernistas, o arquiteto Lúcio Costa convidou Warchavchik para uma sociedade no Rio de Janeiro. Juntos projetaram a casa de Alfredo Schwartz, em 1932, no bairro de Copacabana. Para a execução do jardim estes estenderam o convite ao jovem arquiteto Roberto Burle Marx, que faria então o seu primeiro trabalho como profissional.





Paço de São Cristóvão. Atual Museu Nacional do Rio de Janeiro com o jardim terraço em frente à edificação. Fotografia de divulgação do Museu. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/paco.htm>. Acesso em março de 2013.



Jardim da casa da Rua de Santa Cruz, na Vila Mariana, em SP, de Gregori Warchavchik. In: GUERRA, Abílio. 2002.

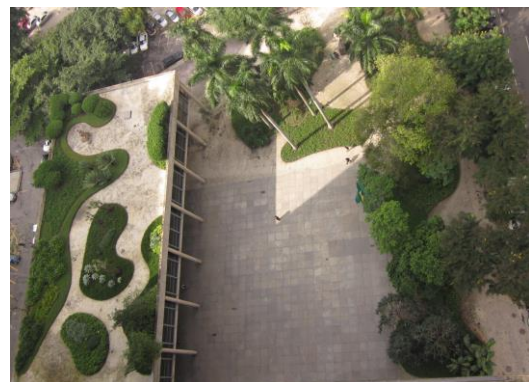
Sobre Lúcio Costa, Burle Marx declarou em diversas ocasiões que o conhecia desde criança. “Quando jovem, vivia na mesma rua que Lúcio Costa. Ele me conheceu quando eu tinha 14 ou 15 anos e esse fato contribuiu para minha carreira. Ele viu o jardim que eu realizava em minha própria casa e, como naquele tempo construía a residência de uma família Schwartz, convidou-me a fazer também aquele jardim”. (MARX, Roberto Burle. Depoimento. In: XAVIER, Alberto (org), 1987, p. 300-304). Burle Marx projetou, então, um jardim terraço para aquela residência, como tinha desejado Warchavchik para a residência da Rua Santa Cruz, em 1928.

Depois deste trabalho no Rio de Janeiro, Burle Marx mudou-se para o Recife, em Pernambuco. Foi ali que o paisagista assumiu seu primeiro cargo público na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do Governo do Estado, em 1934, como Chefe do Setor de Parques e Jardins.

Em Recife, de acordo com a pesquisadora Ana Rita Sá Carneiro, Burle Marx projetou e/ou interveio em cerca de treze jardins e praças públicas e um privado, entre 1934 e 1937 (CARNEIRO, 2010:73). A Praça Euclides da Cunha, conhecida também como Jardim das Cactáceas ou Cactário da Madalena, difere de tudo que se tinha feito no Brasil em termos de jardins até então, em função do elemento vegetal empregado. Concebido por Burle Marx, em 1935, com presença marcante da vegetação da caatinga, o paisagista homenageou Euclides da Cunha e sua obra mais conhecida, Os Sertões, de 1902, com um jardim temático.



Praça Euclides da Cunha, imagem do GoogleMaps, 22/04/2012. Recife – PE



Jardim-terraço do Palácio Gustavo Capanema, visto do 16º andar e do térreo. Fotografias: Cristiane Magalhães, maio de 2012.

O jardim das cactáceas foi assentado em blocos de pedras. Em seu projeto foram incluídas espécies como macambira, xique-xique, mandacaru, cactos e bromélias. Numa das extremidades do jardim fileiras de árvores se encontravam formando um pequeno bosque, com ipês, pau-ferro e juazeiros (CARNEIRO, 2009:221).



Após a temporada em Recife, Burle Marx retornou para o Rio de Janeiro. Entre 1935 e 1945 foi concebida a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em terreno onde existia o antigo Morro do Castelo, desmontado na década de 1920. O Projeto para o MESP foi elaborado no decorrer do ano de 1936, por uma equipe integrada pelos arquitetos Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão e Ernani Vasconcelos, coordenada por Lúcio Costa. A equipe contou ainda com a participação do arquiteto Le Corbusier.

Novamente, a convite de Lúcio Costa, Burle Marx integrou o projeto inovador para conceber jardins dentro da unidade arquitetural. Para o edifício do MESP, atual Palácio Gustavo Capanema, Burle Marx projetou um terraço-jardim na altura do 2º piso, de onde é possível ver o contemplar e ouvir a cidade, os edifícios, os morros e as ruas numa posição privilegiada de observador da paisagem. É um jardim para ser visto do alto. A visão melhor que se tem dele é do 16º andar da edificação. No térreo, canteiros sinuosos com vegetação nativa acompanham o ritmo da edificação, num gesto contínuo. Como vemos em seus projetos posteriores, os jardins se relacionaram e integraram à arquitetura moderna como numa sinfonia harmônica.

A partir desta experiência de criação artístico-paisagística, inspirado pela pintura abstrata concomitante à arquitetura moderna, o seu traço autoral inconfundível integrou inúmeros outros projetos. Burle Marx é considerado o maior nome do paisagismo brasileiro do século XX. Sua marca encontra-se indelével na paisagem urbana do Rio de Janeiro, em lugares públicos e privados, ao lado de outros projetistas da arte dos jardins, como Mestre Valentim e Glaziou.

Para concluir esta seção, é importante destacar que no Brasil há outros relevantes Jardins Históricos reconhecidos como patrimônio cultural, com variados e interessantes projetos paisagísticos. Contudo, foi necessário realizar uma escolha de determinados jardins e seus paisagistas para esta apresentação.

### **3. CONCLUSÕES**

O jardim no Brasil adquiriu inúmeras feições e recebeu diferentes projetos paisagísticos ao longo de seis séculos. Contudo, muito pouco restou da feição dos jardins antigos. A área, o traçado e a vegetação, mesmo dos jardins salvaguardados como patrimônio, foram bastante alterados por sucessivas reformas urbanísticas, pelo abandono, por falta de manutenção e cuidado. A ampliação das cidades com abertura de largas e extensas avenidas e ruas foi fator determinante de modificação e destruição dos espaços ajardinados, principalmente nas Capitais dos Estados.

Dos jardins, bosques e pomares das cercas conventuais e/ou mosteiros religiosos existentes no período da colonização portuguesa praticamente nada restou, além das edificações principais das antigas ordens religiosas.

Com base em levantamento documental, a hipótese da tese é de que os primeiros jardins protegidos pelo então SPHAN (atual IPHAN) estiveram submetidos aos estatutos artísticos (estéticos) e históricos, além da vinculação destes com o autor dos bens para sua eleição, valoração e conservação, assim como aconteceu com os bens arquitetônicos. O valor paisagístico dos jardins foi assimilado para a conservação/restauração desta tipologia de bem cultural no Brasil a partir da década de 1980, com a leitura da Carta de Florença (1981) e, mais intensamente apenas a partir dos anos 2000.

A designação de “Jardim Histórico” aparece pela primeira vez nos documentos do acervo do IPHAN no final da década de 1980, com a criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural dentro da estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória, sob a direção de Carlos Fernando de Moura Delphim que traduz a Carta de Florença e organiza um Projeto para restauração de alguns Jardins Históricos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Foram salvaguardados, em grande parte, os jardins e parques públicos constituídos nos períodos Colonial e Regencial brasileiro, principalmente os do Rio de Janeiro, antiga Capital do Brasil (até 1960). No Brasil, há casos de jardins tombados em conjunto com edificações e jardins tombados isoladamente.

A metodologia da pesquisa baseou-se na análise dos documentos produzidos pelo IPHAN, entre 1937 e os dias atuais, tais como: Dossiês de Tombamentos, Processos de Inventários, Atas das Reuniões do Conselho Consultivo, as edições da Revista do Patrimônio (entre 1937 e 2002), o acervo institucional da Coordenadoria de Patrimônio Natural e as publicações financiadas e/ou redigidas por técnicos do IPHAN.

São fontes de pesquisa, também, Revistas, Jornais, Almanaks, relatos de viajantes e outras publicações especializadas veiculadas, principalmente no Rio de Janeiro, durante o século XIX e primeiros anos do XX. Os próprios jardins se mostram como documentos a serem lidos, além de suas plantas e das fotografias antigas.

É preciso destacar, ainda, que o estágio doutoral em Portugal e o contato com os professores e a bibliografia sobre Arquitetura Paisagista têm influenciado enormemente a nossa forma de compreender e de assimilar os Jardins Históricos.

A partir da observação dos jardins salvaguardados referenciados no texto pode-se afirmar que a patrimonialização destes bens não garante a sua conservação. A manutenção dos Jardins Históricos decorre de outros critérios sejam turísticos, de estudos botânicos ou para recreio, fruição e convívio humano. A preservação, manutenção e salvaguarda destes bens decorrem do uso, independente da finalidade.

O estudo dos contextos da preservação dos jardins como patrimônio cultural no Brasil explicita muito mais do que as seleções e as escolhas feitas por determinados agentes públicos em determinadas épocas, o que consequentemente indicou o que deveria ser valorado, pesquisado, divulgado e protegido para a posteridade. A preservação e, também, o esquecimento dos jardins, parques e praças expõe a relação com as culturas urbanas e as maneiras de estar e se relacionar com o espaço público e com as cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Blog Porto Maravilha. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://blogportomaravilha.com/2012/07/12/de-volta-ao-jardim-suspenso-do-valongo/>. Acesso em março de 2013.
- CARAPINHA, Aurora. Da essência do Jardim Português. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife. Recife: Ed. UFPE, 2010.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Pérez (orgs.). Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos. Recife: Ed. UFPE, 2009.
- CARTA DE FLORENÇA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, maio de 1981.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. O Lugar e o Significado. Os Jardins dos Vice-Reis. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, ISA, UTL, Lisboa. 1993.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. Os quatro rios do Paraíso. Coautoria com Clara Pinto Correia e José Afonso Furtado Ed. D. Quixote, Lisboa, 1994.
- DOURADO, Guilherme Mazza. Belle Époque dos Jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX. Tese de Doutorado, USP - São Carlos, 2009.
- FRANÇOZO, Mariana. De Olinda a Holanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII). Tese Unicamp. Ciências Sociais, 2009.
- GUERRA, Abílio. Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx: síntese entre arquitetura e natureza tropical. VITRÚVIUS, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/740>>.
- IPHAN/COPEDOC. Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938 – 2009). Quinta Edição – 2009. Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.
- KOSSOVITCH, Leon. Condillac: Lúcido e Translúcido. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: os jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.
- UNESCO. Dossiê: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1100/documents/>. Acesso em outubro de 2012.
- UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Versão 2012.
- WARHAVCHIK, Gregori. JORNAL Correio Paulistano de 08 de julho de 1928.